Escola do Legislativo

ALMG

Relatório de Atividades da Escola do Legislativo | **2011**

MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Deputado Dinis Pinheiro
Presidente

Deputado José Henrique
1º-Vice-Presidente

Deputado Inácio Franco
2º-Vice-Presidente

Deputado Paulo Guedes
3º-Vice-Presidente

Deputado Dilzon Melo
1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-Secretário

Deputado Jayro Lessa
3º-Secretário

SECRETARIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Eduardo Vieira Moreira
Diretor-Geral

José Geraldo de Oliveira Prado
Secretário-Geral da Mesa

M663 Minas Gerais. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo.
Relatório de atividades da Escola do Legislativo : 2011 / Escola do Legislativo. – Belo Horizonte : Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Escola do Legislativo, 2012.
72 p. : il.

1. Minas Gerais. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo – Relatório (2011). I. Título.

CDU: 342.53(815.1)

ESCOLA DO LEGISLATIVO

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Lourdes
30180-112 – Belo Horizonte – Minas Gerais
(31) 2108-3400
www.almg.gov.br/escola
escola@almg.gov.br

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho
30190-921 – Belo Horizonte – Minas Gerais
(31) 2108-7000

Publicação da Escola do Legislativo
Texto e edição – Escola do Legislativo
Diretoria de Comunicação Institucional
Criação, formatação e revisão – Gerência de Comunicação Visual
Gerência-Geral de Suporte Logístico
Impressão

ASSEMBLEIA
DE MINAS
Poder e Voz do Cidadão

www.almg.gov.br

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

2011

Escola do Legislativo

ALMG

Belo Horizonte | Novembro de 2011

Apresentação

Os relatórios de atividade como este, além de cumprirem as funções óbvias de relatar o que foi feito, de prestar contas do trabalho realizado, devem também deflagrar um processo de reflexão que oriente tanto o planejamento quanto a implementação das ações do ano que sucede àquele relatado.

Dessa forma, como o deus romano Janus, que marcava as mudanças, com suas duas faces, uma voltada para o passado e outra para o futuro, o que fazemos, mais do que ampliar nossa lista de realizações, baliza aquilo que faremos, informa nossas escolhas, qualifica nossas ações futuras.

Além de traduzir em números as ações da Escola do Legislativo em 2011, esse relatório apresenta dois textos, um escrito por um de nossos colaboradores, Rildo Cosson, e outro pelos colegas Guilherme Wagner Ribeiro, Marta Parker e Patrícia Duarte, que abordam questões centrais do trabalho que realizamos. Refletir sobre a educação legislativa e sobre o trabalho em rede é imprescindível, se quisermos vencer o desafio de garantir a coerência entre conteúdos e temas que ministramos e as atividades e projetos que realizamos. É preciso, como nos aponta Cosson, integrar a "educação no legislativo" com a "educação do legislativo" e, dessa forma, fazer da "educação legislativa" mola propulsora do aprimoramento desta instituição essencialmente democrática que é o Parlamento. Para tanto, é preciso assumir os riscos do trabalho coletivo, da ação ramificada, multiplicada

em tantos quantos forem os pontos de vista com que a abordagem da complexidade nos brinda.

Nesse processo de interesses e desafios compartilhados, nesse trabalho necessariamente realizado em rede, a autonomia dos partícipes – atores e parceiros, a horizontalidade das relações e a participação colaborativa, como nos lembram os colegas da Escola em seu texto, são exigências herdadas do contexto que nos abarca. A natureza plural e diversa de uma instituição legislativa clama pela participação ampliada, pela construção coletiva, pelo trabalho tecido em conjunto. E mais, é preciso imprimir em nossas ações e práticas o mesmo entusiasmo com os ideias democráticos que propagamos em nosso discurso. Ou seja, texto e contexto são indissociáveis e não nos parece possível lutar pelo aprimoramento da democracia sem assumirmos os riscos de agir de forma democrática. Quanto mais praticarmos, de forma radical e incessante, os princípios e valores que pretendemos disseminar, mais próximos estaremos de concretizar nossos propósitos.

Educação, democracia e conhecimento são a matéria prima do nosso trabalho. Educação como ação transformadora, democracia como forma de reconhecer a igualdade e a singularidade do outro e conhecimento como construção que liberta.

O inacabamento do ato de educar, do conhecimento e do ideal democrático exige de nós, seres também inacabados, o exercício permanente e incansável da perscrutação, da escuta atenta e, também, nos permite assumir como utopia a tarefa de intensificá-los. Assim, para 2012 o que desejamos e planejamos é a incorporação crescente de mais e mais colaboradores para pensar, ousar e fazer a educação legislativa.

Ruth Schmitz de Castro
Gerente-Geral da Escola do Legislativo

Sumário

ENSAIOS E REFLEXÃO 7

EDUCAÇÃO NO LEGISLATIVO, EDUCAÇÃO DO LEGISLATIVO, EDUCAÇÃO LEGISLATIVA 9

O QUE SIGNIFICA TRABALHAR EM REDE? 17

RESULTADO CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES DE 2011 27

INTRODUÇÃO 29

1. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 33

1.1. Planejamento Estratégico – alinhamento conceitual 35

1.2. Cursos a distância 36

1.3. Outras atividades 38

2. CAPACITAÇÃO INTERNA 41

2.1. Formação introdutória à carreira do servidor da Assembleia Legislativa (CEFAL) e palestras informativas 43

2.2. Recepção dos parlamentares da 17ª Legislatura – Uma Visão do Parlamento: conceito, técnicas e práticas legislativas 45

2.3. Demanda setorial 46

2.4. Programa de atualização em Poder Legislativo e Administração Pública 50

3. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL 51

3.1. Programa de Apoio aos Municípios 53

3.2. Programa de Formação de Multiplicadores 54

3.2. Apoio interinstitucional 54

4. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA 57

4.1. Parlamento Jovem 59

4.1.1. Parlamento Jovem de Minas – 2011 – parceria com a PUC Minas/Curso de Ciências Sociais 59

4.1.2. Parlamento Jovem Municipal – parceria coom as câmaras municipais 60

4.1.2.1. Etapa municipal – apoio e acompanhamento dos Parlamentos Jovens Municipais em 16 municípios mineiros 60

4.1.2.2. Etapa Estadual – sessão final do Parlamento Jovem Minas 2011 61

4.1.2.3. Parlamento Jovem Minas 2012 61

4.2. Programa de Formação Política para Educadores 61

4.3. Visitas Orientadas 62

5. PESQUISA E REFLEXÃO 63

5.1. Especialização “Poder Legislativo e Políticas Públicas” 65

5.2. Pensando em Minas 67

5.3. Conexão Assembleia 67

6. OUTRAS ATIVIDADES 69

ENSAIOS E REFLEXÃO

MINAS - PENSANDO

Educação no Legislativo, educação do Legislativo, educação legislativa

Rildo Cosson
Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor)
Câmara dos Deputados

Até os anos 80 do século passado, tratar de educação no contexto legislativo significava falar basicamente sobre a organização do sistema educacional por meio de uma legislação. Os 13 anos de debate em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961 (Lei 4.024, de 1961) e os oito anos em torno da nova LDB aprovada em 1996 (Lei 9.394, de 1996) exemplificam bem essa relação que tem como *locus* as Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, assim como suas congêneres nas assembleias estaduais e em alguns municípios. Nos últimos anos, entretanto, a preocupação com a educação para a democracia – uma tendência parlamentar internacional que se corporifica em programas tais como o Parlamento Jovem, presente na Câmara dos Deputados e na maioria das assembleias –, e o crescimento vertiginoso das escolas do Legislativo – hoje um sistema que virtualmente recobre todo o País, sobretudo em termos de parlamentos estaduais –, ensejam uma outra leitura da questão. Dessa forma, muito além da expressão legislação educativa, é possível falar de educação no Legislativo, educação do Legislativo e educação legislativa.

1. Educação no Legislativo

Tomando a legislação como norte, pode-se dizer que o espaço primeiro ou mais geral da educação no Legislativo é aquele exposto no artigo que abre a Lei 9.394, de 1996:

> Art. 1º: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Em outras palavras, além da escola e assim como a família e a mídia, o Parlamento também tem um papel educativo a cumprir. Nesse caso, a função educativa do Legislativo consiste na formação política do cidadão, compreendendo inicialmente duas instâncias: a exemplar e a participativa. Na primeira, o cidadão se educa por viver sob um regime democrático e acompanhar a vida política que tem no Parlamento o seu modelo de funcionamento. Trata-se de um processo de socialização comum a todos ou da educação como atividade difusa. Na segunda, são oferecidos ao cidadão mecanismos de participação na vida política e atuação no Poder Legislativo, seja nas formas tradicionais de militância em agremiações partidárias e no exercício do voto, seja nos canais mais específicos de interlocução do Parlamento com a sociedade, a exemplo das audiências públicas, dos referendos, dos plebiscitos e das comissões que ensejam a participação popular na legislação, além de outras formas de interação, como aquelas oferecidas por meio eletrônico. É a educação pela vivência direta que atinge prioritariamente a população adulta e os jovens aptos a exercer a cidadania política.

Ainda que revestidas de especificidades que o avanço tecnológico proporciona e das transformações históricas que a democracia sofreu como conceito e prática ao longo dos séculos, essas duas instâncias do proces-

so formativo desenvolvido no âmbito do Legislativo são similares àquelas experimentadas pelos gregos antigos em suas ágoras e *ekklesias*. Há, porém, uma terceira instância que amplia e aprofunda a função educativa do Parlamento. Trata-se da educação para a democracia que, mesmo abarcando iniciativas diversificadas em outros espaços, tais como as escolas e organizações da sociedade civil, encontra no Legislativo um contexto privilegiado.

Nessa terceira instância é importante compreender que a educação para a democracia é uma questão determinante para a própria existência do Parlamento. A equação é simples: o Legislativo, mais que qualquer outro Poder, precisa de democracia para funcionar, para existir como um Poder independente. Sem democracia, o Parlamento é apenas um aparato formal que homologa as decisões tomadas em outro lugar. Logo, defender e promover a democracia deve ser uma das suas funções primordiais, pois quanto mais consolidada for a democracia em uma sociedade, mais forte será o seu Parlamento. Por isso, o Legislativo, seja nos âmbitos municipal, estadual ou federal, tem não apenas a legitimidade de promover a educação para a democracia, mas também e, sobretudo, a necessidade de fazê-lo, se não quiser ser considerado por muitos como uma instituição ineficaz e, no seu limite, dispensável.

No mundo inteiro, as casas parlamentares estão despertando para o papel que devem cumprir na educação para a democracia e oferecendo à sociedade uma série de programas e atividades educacionais que buscam letrar politicamente o cidadão. No Brasil, esses programas são normalmente promovidos pelas escolas do Legislativo, que são os órgãos pedagógicos do Parlamento, tendo como alvo prioritário o público escolar de todas as idades. É assim que são desenvolvidos visitas orientadas, palestras, cursos e simulações parlamentares, para os quais se elabora material didático diversificado, fazendo valer a advertência de Wolfgang Kersting sobre a relação de interdependência entre educação política e regime democrático:

> Quem lamentar a desmotivação política, a crescente falta de senso comunitário e a desertificação social do sistema de vida, não deveria calar a respeito da educação política. E quem quiser calar a respeito da educação política, não deveria fazer exigências de democratização, pleitear por engajamento da sociedade civil e cobrar mais oportunidade de participação (KERSTING, 2003, p.111).

2. Educação do Legislativo

Além dessa atuação mais ampla que diz respeito a sua função institucional, o Legislativo também preenche os requisitos da educação como um processo sistemático e sistematizado de ensino e aprendizagem entregue a uma instituição específica. Nesse contexto, no qual a educação costuma ser identificada com escolarização, o Parlamento dispõe de uma rede de órgãos educativos, que, embora não integrem o universo formal do sistema de ensino nacional, ocupam-se prioritariamente da capacitação e formação dos servidores – são as escolas do Legislativo.

Em termos estritamente legais, as escolas do Legislativo têm o mesmo estatuto das escolas de governo, cuja legislação mais recente é a Emenda Constitucional 19, de 4 de junho de 1998. Com essa Emenda, o § 2º do art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

> § 2º: A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

Nesse sentido, a definição de uma escola do Legislativo segue, em linhas gerais, aquela dada às escolas de governo, no art. 4º do Decreto Presidencial 5.707, de 2006, que, ao instituir a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, diz serem

elas: "instituições destinadas, precipuamente, à formação e ao desenvolvimento de servidores públicos, incluídas na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional".

Em sua atuação prática, as escolas do Legislativo oferecem suporte às atividades técnicas das casas legislativas, atendendo à necessidade crescente de profissionalização dos serviços demandados pelos parlamentares no exercício de suas funções e dos cidadãos nas questões relativas ao funcionamento do Parlamento. Para tanto, realizam palestras, seminários, encontros, estágios e cursos diversificados que buscam desenvolver desde habilidades simples, a exemplo da obediência aos padrões internos da escrita administrativa e a eficiência no uso dos processadores de textos eletrônicos, até competências complexas de análises e diagnósticos, como acontece nos cursos de especialização, passando, como já foi referenciado acima, pelos programas variados de educação para a democracia e, em casos isolados, pela produção de conhecimento por meio de pesquisas ligadas ao saber legislativo.

Dessa forma, ainda que ocupem o campo da educação não escolar, as escolas do Legislativo constituem um sistema de ensino articulado nacionalmente por meio dos órgãos pedagógicos do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, das assembleias, além de um número crecente de câmaras municipais. Esse sistema é responsável pela capacitação e formação dos milhares de servidores do Parlamento brasileiro, assim como das ações educativas que se realizam no âmbito das casas legislativas onde as escolas se inserem ou fora delas por seu influxo.

Considerando, portanto, a abrangência territorial do sistema, a oferta contínua de cursos específicos, tais como os cursos de processo legislativo, e os esforços empreendidos em uma configuração escolar, na qual contam os regimentos internos, os projetos político-pedagógicos e a estrutura física das salas de aula, pode-se afirmar que as escolas do Legislativo têm peculiaridades que lhes permitem reivindicar uma identidade diferenciada para seus processos formativos – uma educação do Legislativo.

3. Educação legislativa

É nesse quadro de educação no Legislativo e educação do Legislativo que se insere a educação legislativa. Não se trata, porém, de um processo formativo diferenciado como os dois primeiros citados, antes de um domínio conexo entre eles. Em outras palavras, a educação legislativa se realiza ou deveria se efetivar como um *locus* imbricado de educação continuada, de produção de conhecimento e de letramento político, inscrevendo-se simultaneamente nos propósitos da educação para a democracia e nas finalidades de suporte das escolas do Legislativo.

Como parte da educação legislativa, a educação continuada compreende tanto a capacitação e formação de servidores para cumprir seus objetivos profissionais e institucionais quanto o processo educativo que acompanha o desenvolvimento do ser humano e as transformações da sociedade onde ele vive. Trata-se, portanto, não apenas das atividades pedagógicas destinadas a ajustar o servidor à instituição, nas quais se busca aquisição, manutenção e ampliação das habilidades e competências profissionais do servidor, tornando-o mais apto e eficaz ao assumir responsabilidades no Legislativo, mas também do seu desenvolvimento integral como pessoa e profissional, permitindo que suas experiências, saberes e aspirações sejam incorporados à instituição do Parlamento e, por meio dele, à sociedade.

A produção de conhecimento está ligada à educação legislativa quando se verifica que o conhecimento se constrói por meio da interação social, ou seja, os saberes se desenvolvem por meio dos processos de inserção e transformação cultural dos indivíduos. Por essa razão, todo saber tem um caráter situacional, depende do contexto no qual está localizado. Da mesma forma, não se pode mais conceber que o conhecimento esteja concentrado em uma única pessoa, ao contrário, ele se distribui numa comunidade. Todos esses princípios se unificam na educação legislativa compreendida como a síntese de uma comunidade educacional do Parla-

mento, na qual servidores, instituições e cidadãos compartilham os saberes próprios do Legislativo.

O cerne desses saberes, que é também da educação legislativa, nada mais é do que o conhecimento, as práticas e os valores dos quais se ocupa o letramento político, visto que a promoção e o fortalecimento da democracia, conforme explicitado acima, é função primeira do Parlamento. Trata-se, pois, tanto das competências essenciais do cidadão, quanto da visão estratégica do Legislativo que devem constituir o ponto fulcral daquela educação continuada que se destina aos servidores do Legislativo, aos servidores de outras instituições públicas, aos agentes das organizações da sociedade civil que atuam no Parlamento e, incorporando a todos, ao cidadão, que é o público definidor de sua existência institucional.

Em suma, integrando a educação no Legislativo com a educação do Legislativo, a educação como socialização e a educação como ensino sistemático, a capacitação e a formação do servidor com a educação para a democracia, as competências profissionais de suporte ao Parlamento e os saberes políticos sobre o funcionamento do Legislativo, a educação legislativa deve assinalar, na prática cotidiana de suas atividades pedagógicas, a realidade e a utopia da construção permanente de uma sociedade em que o Poder Legislativo será a referência primeira dos princípios de liberdade e equidade – uma sociedade plena e profundamente democrática.

Ciranda de Conversas

O que significa trabalhar em rede?

Guilherme Wagner Ribeiro
Coordenador do Programa de Pós-Graduação da ELE/ALMG

Marta Parker Andrade Oliveira
Gestora do Núcleo de Cooperação Interinstitucional da ELE

Patrícia de Souza Duarte
Gerente de Planejamento Pedagógico da ELE

Os relatórios não servem apenas para radiografar os resultados; eles também abrem a possibilidade de refletir sobre o processo e rever, se for o caso, os objetivos, princípios e diretrizes do órgão. Refletindo sobre a prática da Escola do Legislativo, é possível reconhecer algumas diretrizes que demarcam a sua forma de atuação. Interessa-nos, nesse texto, lançar luz sobre uma dessas diretrizes, que é a de atuar em rede, em interação colaborativa com outras instituições, órgãos públicos e profissionais, quando as ações se complementam tendo em vista os interesses e finalidades comuns. Com este pequeno texto, pretende-se compartilhar alguns aprendizados que essa forma de atuação nos possibilitou, bem como registrar alguns dos projetos que materializam a mencionada diretriz no ano de 2011.

I – Introdução

A atuação em rede não chega a ser uma novidade, especialmente no setor público, que tem a prática de envolver, como na implantação e execução de políticas públicas, diferentes órgãos, de diferentes entes federativos, entidades da sociedade civil, empresas e outros atores. O que torna essa prática diferente nos dias de hoje? Essencialmente a consciência de se estar atuando em rede, com vários atores, com pontos de interlocução

que se deslocam sem, no entanto, se desfazerem, mantendo os nós que sustentam a malha desta rede; a consciência da importância de se estar presente nesse tecido de forma solidária e colaborativa; e a consciência, mais uma vez, da importância e do potencial desse tipo de atuação.

No contexto das escolas de governo, essa importância torna-se mais aguda e esse potencial ganha ainda maior dimensão em função de duas variáveis que afetam diretamente a atuação desses órgãos: a primeira diz respeito ao reconhecimento da importância da capacitação permanente dos servidores públicos, que tem redundado, por parte desse setor, em investimentos mais altos e constantes nas ações de formação dos seus servidores; a segunda refere-se ao contexto onde as escolas atuam, uma sociedade de complexidade crescente, que torna também mais complexas as ações de capacitação e de formação, dificultando para as escolas dar conta dessa tarefa sozinhas. As duas variáveis influem no desempenho das escolas de governo, exigindo delas, cada vez mais, maior e melhor capacidade de atendimento, que se traduz em um número crescente de alunos a serem atendidos e na abrangência e diversidade dos conteúdos a serem abordados.

A Escola do Legislativo da Assembleia de Minas atua dentro desse ambiente e tem buscado, na adesão ao modelo de redes, uma forma de ampliar, aprofundar e amplificar suas ações. Vários fatores influíram nessa opção ao longo dos últimos anos, dependendo de cada situação para a qual se buscava uma solução. Em alguns momentos, atuar em rede abria a possibilidade de a escola oferecer novos conteúdos de capacitação para os servidores do Legislativo ou oferecer seus próprios conhecimentos para outros órgãos públicos, no âmbito do Estado e dos municípios. Em outras situações, atuar em rede ajudava a otimizar o uso das verbas disponíveis para os projetos de formação, com o compartilhamento de custos ou com a troca solidária dos potenciais de cada instituição integrante dessa rede.

O ganho desse tipo de atuação não se restringe, todavia, a resultados a serem contabilizados no relatório de final de ano. Especialmente, a

atuação em rede tem proporcionado à Escola do Legislativo da Assembleia de Minas um aprendizado permanente no trabalho coletivo de construção do conhecimento, na tomada de decisões compartilhadas, na execução colaborativa de projetos entre outras habilidades que, cada vez mais, o mundo atual exige dos novos profissionais. É sobre esse processo de aprendizado que a Escola do Legislativo está se debruçando para, a partir de uma reflexão, buscar aperfeiçoar, avançar e consolidar a sua atuação.

II – Princípios

A autonomia dos parceiros, a horizontalidade das relações e a participação cooperativa são três aspectos da atuação em rede, observados nas práticas da Escola do Legislativo, que têm exigido de todos um esforço de aprendizado para lidar com adequação nos processos de interação em rede.

Quando os parceiros pertencem a diferentes entes federativos, pode-se dizer que as ações pautadas nessa diretriz, de atuar em rede, correspondem a uma modesta contribuição para o refazer da tessitura de nossa federação. O mencionado propósito se insere na perspectiva do federalismo cooperativo, ou seja, que tenha como princípio **a autonomia das partes e a cooperação entre elas**. Um espaço privilegiado para essa dimensão do federalismo na área de atuação da Escola do Legislativo são os encontros nacionais de escolas de governo, patrocinados pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) desde 2005, que contribuíram muito para o amadurecimento do trabalho em rede, cujas vantagens abarcam diferentes aspectos, desde o compartilhamento de custos e otimização de recursos até o reconhecimento do aprendizado mútuo que a ação conjunta possibilita. Além dos encontros, podemos mencionar também o Mapa da Oferta das Capacitações, plataforma virtual desenvolvida pela referida instituição, em que as escolas de governo podem cadastrar os seus cursos, de forma a que todas possam ter conhecimento recíproco de suas atividades, potencializando as possibilidades de trocas.

Atuar em rede pressupõe ainda o reconhecimento de que é necessário ter uma postura de **horizontalidade entre os parceiros**, apesar das diferenças e da heterogeneidade que caracterizam as redes em que a Escola do Legislativo está presente. A noção de horizontalidade se contrapõe às de hierarquia ou de superioridade formais ou supostas. Ao nos relacionarmos com entidades federais ou municipais, dirigimo-nos com o mesmo respeito e consideração, sem olhar para cima ou para baixo, ainda que reconheçamos as diferenças de recursos entre as instituições para estabelecer parcerias. Corolário da horizontalidade, não se pode deixar de mencionar a **autonomia das instituições** que trabalham em rede, ou seja, as instituições têm considerável margem de decisão para definir de que forma irão participar da rede e a quais ações conjuntas darão ênfase.

O conhecimento sobre o funcionamento das redes é outro aspecto desse aprendizado. As **redes são dinâmicas** em seu funcionamento: fortalecem-se ou esmorecem, ampliam-se ou se reduzem em um processo constante. Um dos aspectos que alimenta essa dinâmica é o fato de que as interações entre instituições dependem, em grande medida, das interações entre pessoas, seus dirigentes, funcionários, associados etc. Trabalhando em rede construímos empatias, simpatias e amizades. Mas as pessoas passam pelas instituições, cujo tempo de duração ultrapassa – e muito, como regra – o da participação de seus dirigentes ou integrantes. Assim, substituído o dirigente de uma instituição, parte de seus vínculos pode se perder ou, pelo menos, enfraquecer-se. Percebe-se, pois, que a rotatividade – inerente ou excessiva – dos membros das instituições é um fator que deixa suas marcas negativas na existência das redes institucionais. Os vínculos pessoais melhoram as relações institucionais, mas, paradoxalmente, também as limitam e, por vezes, colocam-nas em risco.

Com o tempo, as instituições vão apurando os critérios e as formalidades para a formação de suas parcerias, mesmo porque, por vezes, não é possível atender a todas as demandas. Nesse processo, é preciso dar atenção à natureza do relacionamento que está se estabelecendo, em que não pode prevalecer o vínculo pessoal, visto que o princípio da impessoalidade é

que orienta a atuação da administração pública. Com critérios, é possível avaliar com maior eficiência a possibilidade de atender essas diversas demandas institucionais e, desta forma, ampliar a rede.

Outro aspecto importante para as redes é a ideia de **reciprocidade**, ainda que a troca não seja simétrica, porque são desiguais as condições para contribuir com as parcerias. Por mais desiguais que sejam, há sempre a possibilidade de contribuir de alguma forma para as ações conjuntas. Tanto a postura de esperar apenas receber, quanto a de autossuficiência, de quem já sabe tudo e não tem nada a aprender com os outros, são prejudiciais para a construção de redes institucionais, cujas ações conjuntas devem ocorrer, se possível, desde o planejamento até a avaliação.

A pergunta que dá título a este texto permanece aberta, porque estamos aprendendo a trabalhar em rede. Com este texto, tem-se a expectativa de que, ao explicitar algumas de suas ações conjuntas com outros órgãos, instituições e profissionais, a Escola do Legislativo não está apenas informando aos interessados sobre suas ações, mas buscando, sobretudo, fortalecer os vínculos com os parceiros, reafirmando o propósito de trabalhar em conjunto para o melhor desempenho das atribuições institucionais comuns.

Abaixo, destacam-se algumas ações pautadas na diretriz de trabalhar em rede com outras instituições públicas e privadas.

III – Práticas

Programa de Formação de Multiplicadores

O programa de Formação de Multiplicadores parte de duas percepções. De um lado, a Escola do Legislativo não consegue atender a demanda por formação oriunda, em especial, das câmaras municipais, considerando notadamente a magnitude do Estado de Minas Gerais, com 853 municípios. De outro, há diversos profissionais atuando nas câmaras municipais que não têm disponibilidade ou conhecimento para organizar e oferecer cursos para

servidores e agentes dos legislativos locais, mas têm interesse, disponibilidade e rico conhecimento para colaborar em ações educativas. Dessa forma, a escola procura organizar uma ação orquestrada de forma a aproveitar esse potencial disperso no Estado, oferecendo uma formação qualificada a um número restrito desses profissionais – os multiplicadores –, com o compromisso de que repliquem a formação em suas regiões, com o apoio da escola.

Em 2011, o programa abordou o tema "Orçamento Público Municipal". As atividades foram oferecidas no formato semipresencial. A primeira etapa consistiu na oferta, nos meses de agosto e setembro, de um curso a distância sobre a temática escolhida, destinado aos servidores de 30 câmaras municipais convidadas, representantes das dez macrorregiões de planejamento do Estado. Incluiu também um encontro presencial em Belo Horizonte para aprofundar o debate sobre o tema, esclarecer dúvidas e preparar os participantes para atuar na etapa de multiplicação do programa, como mobilizadores e tutores na segunda oferta do curso a distância. Essa primeira etapa mobilizou 37 servidores de 16 câmaras municipais, representando nove macrorregiões de planejamento do Estado.

A segunda etapa consistiu na multiplicação da capacitação, com a oferta do curso a distância aberta aos vereadores e servidores de todas as câmaras municipais de Minas Gerais. Nesse momento, os servidores capacitados na primeira etapa do programa assumiram, com o apoio das câmaras, a mobilização dos municípios nas suas regiões, além da tutoria do curso. Para a sensibilização dos potenciais alunos, as câmaras organizaram encontros presenciais prévios ao curso, com o propósito de apresentar o programa e orientar os participantes sobre sua dinâmica. Foram mobilizados 151 municípios e formalizadas 453 inscrições para o curso. Desse total, 300 alunos acessaram a plataforma de ensino a distância, oriundos de 128 municípios, abrangendo as dez regiões de planejamento do Estado. Os alunos foram divididos em três turmas, distribuídas entre os tutores que aderiram à segunda etapa do programa. Ao final do curso, 92 alunos receberam o certificado.

Foi mantido também, dentro da plataforma de ensino a distância, um fórum de discussão, com técnicos da Assembleia e do Senado, para os tutores tirarem dúvidas sobre o conteúdo. A implantação deste programa, que se organizou em rede, teve assim a participação das câmaras municipais, na indicação de servidores e na multiplicação das ações de capacitação; do Tribunal de Contas do Estado, no desenvolvimento e oferta de um dos cinco módulos do curso; e do Interlegis, na articulação da participação de técnicos do Senado no fórum de discussão.

A experiência de compartilhamento de docência em educação a distância com servidores de câmaras municipais, inovadora na prática da ELE, trouxe resultados muito positivos. A dedicação e o comprometimento dos profissionais no exercício da docência foram louváveis, assim como a busca contínua pelo enriquecimento coletivo. Durante a oferta dos cinco módulos, continuamente os conteúdos teóricos foram abordados tendo em vista as realidades das câmaras participantes, trabalhando-se na perspectiva da reciprocidade, do crescimento conjunto via troca de experiências. Com esse modelo, a Escola do Legislativo conseguiu também ampliar de forma bastante satisfatória o alcance de suas ações de capacitação.

Parlamento Jovem de Minas

O projeto coordenado pela Escola do Legislativo, em parceria com o curso de Ciências Sociais da PUC Minas, realizou em 2011 sua 8ª edição, a segunda estadualizada, com a participação de 16 câmaras municipais de diferentes regiões do Estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, Capelinha, Carandaí, Caratinga, Carmo do Cajuru, Iturama, João Monlevade, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Serrana, Ouro Preto, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santos Dumont, Viçosa e Visconde do Rio Branco. Voltado para estudantes de ensino médio e universitários, o projeto cria para os jovens uma oportunidade de exercício de participação no Parlamento – eles elaboram, debatem e votam propostas ao poder público sobre uma realidade social relevante. Em 2011, discutiu-se o tema da prevenção ao uso de drogas.

No Parlamento Jovem de Minas, o trabalho em rede pressupõe a autonomia dos parceiros municipais na concepção, organização e realização das atividades previstas para a etapa municipal, anterior à etapa estadual. As câmaras têm autonomia para elaborar suas ações, comprometendo-se apenas com o calendário do programa, aprovado coletivamente; e com alguns princípios comuns, que dão a identidade do projeto: mobilização local de escolas públicas e privadas do ensino médio; fidelidade ao tema central, também escolhido por meio de um processo coletivo; capacitação dos alunos do ensino médio; elaboração de documento com propostas de ação para o poder público; sessão final no Plenário da câmara municipal. Além da articulação dos legislativos municipais, a rede de apoio criada pelas câmaras para viabilizar o projeto merece destaque. Elas contam com a adesão de várias instituições que colaboraram com a formação dos estudantes e com a sensibilização da população para a importância da temática em debate. Em 2011, o programa teve a participação de 71 escolas de ensino médio, públicas e privadas, de 16 municípios mineiros. As câmaras promoveram ainda 39 parcerias com universidades, órgãos públicos e entidades da sociedade civil e contaram com o apoio de 94 monitores externos para atuar junto aos estudantes.

A estadualização do projeto e a opção por um modelo de atuação em rede propiciaram o enriquecimento do debate, não só pela maior pluralidade de percepções dos participantes, mas por incorporar as diferentes realidades das regiões do Estado. A construção de propostas ao poder público que atendam a essa pluralidade de vozes e interesses é um ótimo exercício para os jovens, de vivência democrática e de construção de consensos. O compartilhamento de informações e experiências, em rede, para a construção de propostas que representem a todos é, sem dúvida, um ganho imensurável para o Poder Legislativo, que fortalece sua função representativa. Há ganhos locais também. Em 2011, ao término das atividades do PJ de Minas, muitos municípios mantiveram grupos mobilizados para atividades de apoio a pacientes em tratamento do uso abusivo de drogas.

Núcleos de Estudos

A atuação do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Escola do Legislativo (Nepel) e dos Núcleos de Estudos Temáticos, formados por servidores da Assembleia Legislativa que atuam como professores na Escola, são espaços que também propiciam a prática do trabalho em rede, essas voltadas especialmente para a produção coletiva do conhecimento.

O Centro de Estudos do Legislativo (CEL), da Universidade Federal de Minas Gerais, é, por exemplo, um parceiro constante da Escola do Legislativo nos projetos de estudo e pesquisa. Em 2011, destaca-se nessa parceria a realização do Grupo de Estudo de Desempenho do Poder Legislativo, com participação de pesquisadores da UFMG e servidores do Senado Federal. O trabalho final do grupo foi apresentado no encontro da Associação Latino-Americana de Ciência Política – Alascip.

Os Núcleos de Estudos Temáticos articulam internamente os professores da Escola do Legislativo. Esse projeto foi implantado no início dos anos 2000 como uma primeira tentativa de mobilização dos servidores da Assembleia Legislativa com o objetivo de aprofundar e ampliar sua participação nos projetos de educação da Escola, para além da sala de aula. Nessa primeira tentativa, o grupo acabou se dispersando, com resultados apenas localizados. Os servidores com *expertise* nas áreas de Orçamento Público e Políticas Públicas e de Linguística mantiveram, ainda que informalmente, contatos mais constantes e trocas de informações.

A proposta de criação de uma rede interna de colaboradores da Escola do Legislativo foi retomada em meados de 2009, com novas perspectivas. De início, foi atualizado o banco de colaboradores, que identifica o servidor, sua área de conhecimento e campo de interesse para atuação – docência, educação para cidadania, estudos e pesquisa, além de projetos de tradução. Os servidores cadastrados, depois de um processo interno de mobilização, foram distribuídos entre oito núcleos de estudos temáticos: Jurídicos e de Administração Pública; Legislativos; Orçamentários e de Po-

líticas Públicas; Linguísticos; de Comunicação e Informação; Políticos e de Cidadania; Organizacionais; e Pedagógicos e Metodológicos.

Ao longo dos últimos anos, a atuação dos Núcleos de Estudos Temáticos foi ainda inconstante, com alguns momentos de intensa mobilização, apoiando a Escola do Legislativo na análise das demandas internas de capacitação e formatação de atividades e, em outros, mais fraca e dispersa, com reuniões episódicas de alguns grupos para tratar de questões pontuais. No final de 2011, a Escola do Legislativo promoveu um novo encontro dos Núcleos de Estudos Temáticos para, junto com o grupo, desenhar uma nova proposta de atuação e novas possibilidades de articulação. O encontro foi organizado na forma de mesas de conversação e as propostas apresentadas foram consolidadas em um documento que agora começa a ser traduzido em ações, a serem implementadas a partir de 2012.

Na avaliação dos colaboradores, uma das dificuldades para continuidade da participação nos Núcleos é a sua baixa institucionalidade, tornando-o muito dependente da ação voluntária dos participantes e da sua disponibilidade no setor de lotação, já que essa participação pressupõe que se dê dentro da jornada de trabalho. A crescente demanda nos setores; a falta de clareza quanto aos espaços destinados à reflexão e produção coletiva do conhecimento, no âmbito de atuação dos Núcleos; e a falta de articulação entre os diferentes grupos, o que estimularia o encontro de diferentes áreas de conhecimento são outros problemas apontados pelos colaboradores que hoje são objeto de análise pela Escola do Legislativo.

O esforço de articulação de uma rede interna de colaboradores ainda não foi, portanto, traduzido em um conjunto de ações e procedimentos que pudesse ser incorporado à estrutura de funcionamento da Escola do Legislativo e internalizado pelas suas rotinas, mas traz resultados muito satisfatórios, ainda que localizados. A expectativa é de que as propostas sugeridas no último encontro dos participantes dos Núcleos de Estudos Temáticos venham tornar a rede mais robusta e produtiva.

RESULTADO CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES DE 2011

Introdução

Em 2011, a Escola do Legislativo enfatizou as ações de formação política e educação legislativa dirigidas aos cidadãos. Além dos projetos permanentes destinados aos estudantes do ensino básico e superior – o Parlamento Jovem Minas, Conexão Assembleia e Visitas Orientadas –, a escola mobilizou esforços para consolidar uma carteira de cursos a distância, abordando temáticas de interesse da sociedade, para futuras ofertas. Alguns dos cursos, que tiveram a participação de quase 40 alunos, foram Treinando a Nova Ortografia; Noções de Ortografia; Planejamento e Orçamento Público; História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica; e Democracia, Parlamento e Participação.

Como parte desse esforço de tornar o conhecimento sobre a política e o Poder Legislativo acessível a todos, a Escola do Legislativo se alinhou à prioridade da TV Assembleia, de produção de programas educativos para veiculação nas mídias eletrônicas do Legislativo mineiro. Nesse período foram concebidas e produzidas 35 teleaulas dos cursos "História Política de Minas Gerais" e "Orçamento Público e Cidadania: qual sua participação?", já exibidas pela TV Assembleia. Outra iniciativa foi a produção de

um programa para a Rádio Assembleia, intitulado "Essa Música tem História", que tem previsão de exibição para os próximos meses.

Nessa mesma linha e visando contribuir para a formação política dos professores do ensino básico da rede pública e privada de Belo Horizonte, a Escola do Legislativo ofereceu este ano a primeira edição do curso "Formação Política para Educadores". A programação incluiu dez palestras sobre temas relativos à Educação, Política e Cidadania e dois encontros de trabalho. A primeira turma certificou 17 professores e o entusiasmo dos alunos foi tão grande que o grupo se mantém mobilizado para discutir, juntamente com a Escola do Legislativo, desdobramentos dessa atividade. A intenção dos participantes é buscar ampliar o alcance do programa e identificar novas ações de formação política para professores.

A Escola deu início ao primeiro curso de especialização certificado pela Escola do Legislativo sobre "Poder Legislativo e Políticas Públicas", com 40 alunos inscritos.

Para disseminar o conhecimento produzido pelos servidores do Legislativo e pelos centros de estudo e pesquisa do Estado, a Escola do Legislativo promoveu em 2011 cinco edições do Pensando em Minas, programa de divulgação científica de monografias, dissertações e teses produzidas em Minas Gerais sobre temas que perpassam o Poder Legislativo, e também lançou duas novas edições da publicação Cadernos da Escola do Legislativo.

Durante todo o ano de 2011 foram mantidos os programas de capacitação e atualização destinados aos servidores da Assembleia Legislativa e assessores de gabinete parlamentar da 17 ª Legislatura, empossados no último mês de janeiro; de formação introdutória para os novos servidores, aprovados no último concurso público da ALMG; e de formação e capacitação de servidores dos legislativos municipais e demais órgãos públicos.

Resultado consolidado das atividades de 2011

Programas	Atividades (*)	Carga Horária	Participantes
Projeto Estratégico da ALMG 2020 – Educação a Distância	24	455 horas	991
Capacitação Interna	116	1.012 horas	2.773
Cooperação Interinstitucional	15	308 horas	867
Educação para a Cidadania	106	308 horas	4.408
Pesquisa e Reflexão	17	204 horas	999
TOTAL	**278**	**2.107 horas**	**10.038**

(*) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

1. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

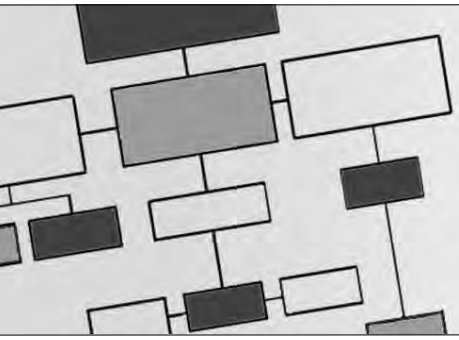
Introdução à

Educação a Distância

Cfal a distância

(Curso de Formação Introdutória à Carreira do Servidor da Assembleia Legislativa)

Orçamento Público Municipal



Estrutura e Funcionamento da ALMG

Treinando a nova ortografia

Elaboração de Textos Legislativos

1. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (*)	Carga Horária	Participantes
24	455 horas	991

(*) Total de atividades oferecidas, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

1.1 – Planejamento Estratégico – alinhamento conceitual

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes
Palestra – Introdução à Educação a Distância – A EaD no Serviço Público	14/3	Servidores das escolas de governo, filiados à Rede de Formação de Agentes Públicos de Minas Gerais (REAP/MG) e alunos do curso Introdução à Educação a Distância	2 horas	55
TOTAL			**2 horas**	**55**

1.2 – Cursos a distância

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Alunos Certificados
Parlamento Jovem Minas 2011 – Democracia, Parlamento e Participação	28/2 a 1º/4	Monitores dos 16 municípios parceiros do projeto e estudantes das escolas de ensino médio participantes da etapa municipal do PJ Minas 2011	20 horas	31
Introdução à Educação a Distância	14/3 a 27/4	Servidores da ALMG que atuam em projetos de EaD	28 horas	27
Noções de Ortografia	14/3 a 14/4	Servidores da ALMG	10 horas	109
Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – Turma-piloto	28/3 a 22/4	Servidores da ALMG	15 horas	46
História Política de Minas Gerais – Uma Introdução Crítica	11/4 a 20/5	Professores de História dos ensinos fundamental, médio e superior de Minas Gerais	30 horas	13
Recepção dos parlamentares da 17ª Legislatura – elaboração de textos legislativos – semipresencial – 2 turmas (*)	25/4 a 20/5 e 27/4 a 20/5	Servidores dos gabinetes parlamentares	36 horas	16
Treinando a Nova Ortografia – livre inscrição	2/5 a 15/7 ou 30/6	Agentes públicos estaduais e municipais e público interessado	6 horas	155
Noções de Ortografia – livre inscrição	2/5 a 15/7 ou 29/7	Agentes públicos estaduais e municipais e público interessado	10 horas	105
Poder e processos legislativos municipais	2/5 a 10/6	Servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	24
CFAL – Disciplina: Estrutura e Funcionamento da ALMG – semipresencial (*)	3 a 22/6	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em março de 2011	30 horas	45
Programa de Formação de Multiplicadores – Orçamento Público Municipal: Etapa I/EaD (*)	1º/8 a 2/9	Servidores de câmaras municipais convidadas, que lidam com as questões relativas ao orçamento público	30 horas	11
CFAL – Disciplina: Estrutura e Funcionamento da ALMG – semipresencial (*)	16 a 24/8	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em julho de 2011	30 horas	23
Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – nível básico	5 a 30/9	Jornalistas das Gerências-Gerais de Imprensa e Divulgação e de Rádio e Televisão	15 horas	18

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Alunos Certificados
Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – nível básico	5 a 30/9	Servidores da ALMG	15 horas	14
Introdução à Legística	12/9 a 14/10	Consultores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e do Executivo estadual	30 horas	17
Planejamento e Orçamento Público	5/10 a 23/12	Todo cidadão interessado em conhecer e acompanhar o processo orçamentário do estado de Minas Gerais	12 horas	144
Programa de Formação de Multiplicadores – Orçamento Público Municipal: etapa II/ multiplicação – EaD – 3 turmas (*)	26/9 a 31/10	Vereadores e servidores de câmaras municipais de Minas Gerais	30 horas	92
CFAL – Disciplina: Estrutura e Funcionamento da ALMG – semipresencial (*)	17 a 25/10	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro de 2011	30 horas	17
Curso – Políticas Públicas de Arquivo – turma-piloto	14/11 a 12/12	Servidores públicos e cidadãos interessados no tema, convidados pela ELE	16 horas	19
CFAL – Disciplina: Processo Legislativo – semipresencial (*)		Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro e outubro de 2011	30 horas	10
TOTAL			**453 horas**	**936**

(*) Atividades integrantes de programas ou projetos coordenados pela Escola do Legislativo oferecidas nas modalidades a distância ou semipresencial

1.3 – Outras atividades

Atividades	Período	Detalhamento
Participação da servidora Daniele Lara Nicácio no curso de Adobe Flash CS3, oferecido pela Escola de Mídia, com uma carga horária de 28 horas	17 a 25/1	O objetivo da participação da servidora foi o de qualificar a equipe do projeto de EaD, visando garantir maior qualidade na apresentação dos cursos da ELE
Participação na produção do programa TV Escola, da TV Assembleia, sobre "História Política de Minas Gerais", exibido no período de 11/4 a 13/5	1º semestre 2010	Elaboração de conteúdos, apresentação das aulas, acompanhamento da edição
Participação da servidora Daniele Lara Nicácio no curso Formação on-line nas Administrações Públicas, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e pela *Fundación Centro de Educación a Distancia para el Desarrollo Económico y Tecnológico (Fundación CEDDET)* da Espanha, com uma carga horária de 90 horas	16/5 a 26/6	O objetivo da participação da servidora foi o de qualificar a equipe do projeto de EaD, visando garantir maior qualidade na apresentação dos cursos da ELE
Apresentação da plataforma *Moodle* e do Programa de EaD da ALMG para técnicos do Tribunal de Contas do Estado	18/5	Apresentação da plataforma, dos recursos adicionais utilizados pela ELE, dos cursos já oferecidos
Participação da servidora Daniele Lara Nicácio no Seminário A Formação On-line na Administração Pública – Experiências Brasil e Espanha, oferecido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e pela *Fundación Centro de Educación a Distancia para el Desarrollo Económico y Tecnológico (Fundación CEDDET|)* da Espanha, com uma carga horária de 21 horas – ENAP	19 a 21/7	O objetivo da participação da servidora foi o de qualificar a equipe do projeto de EaD, visando garantir maior qualidade na apresentação dos cursos da ELE
Participação na produção do programa TV Escola, da TV Assembleia, sobre "Planejamento e Orçamento Público", exibido no período de 17/10 a 11/11	Agosto/ setembro	Elaboração de conteúdos, apresentação das aulas, acompanhamento da edição
Participação no II Encontro dos Educadores do Legislativo – Educação a distância: fundamentos e tendências, organizado pelo Cefor/Câmara dos Deputados	15 e 16/9	Palestra do então coordenador pedagógico da ELE, Guilherme Wagner Ribeiro, sobre a experiência de EaD da ALMG
Conexão Assembleia – Oferta do Curso de Formação de Tutores em parceria com a UFMG	9/9 e 7/10	Preparação de quatro alunos dos cursos de Ciências Sociais e Gestão Pública da UFMG para atuarem como tutores no curso a distância Planejamento e Orçamento Público, ofertado no período de 5/10 a 23/12 para a sociedade

Atividades	Período	Detalhamento
Participação no IV Seminário Nacional de Educação a Distância para a Rede de Escolas de Governo, organizado pela Escola Nacional de Administração Pública e pela Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	16 a 18/11	Palestra do professor Guilherme Wagner Ribeiro sobre o Projeto de Formação de Multiplicadores, oferecido pela Escola do Legislativo e destinado aos servidores de câmaras municipais mineiras
Produção e acompanhamento de edição do programa de rádio "Essa música tem história", em parceria com a Rádio Assembleia (6 programas)	Agosto/ novembro	Elaboração de conteúdos, apresentação das aulas, acompanhamento da edição

2. CAPACITAÇÃO INTERNA

ANOS

2. CAPACITAÇÃO INTERNA

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (*)	Carga Horária	Participantes
116	1.012 horas	2.773

(*) Total de atividades, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades e excluindo-se as atividades a distância

2.1 – Formação introdutória à carreira do servidor da Assembleia Legislativa (CFAL) e palestras informativas

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Disciplina – Poder Legislativo: Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	28/3 a 1º/4	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em dezembro de 2010	30 horas	12
Palestra – Deveres, Direitos e Benefícios do Servidor da ALMG	20/5	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em março de 2011	3 horas	41
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência	25/5		3 horas	44

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Palestra – Informática na Assembleia: Estrutura e Ferramentas de Informática	26/5	Servidores aprovados no concurso da ALMG, empossados em março de 2011	3 horas	43
Disciplina – Estrutura e Funcionamento da ALMG – semipresencial (*)	3 a 22/6		–	–
Disciplina – Poder Legislativo: Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	13 a 17/6		30 horas	47
Disciplina – Servidor Público, Administração Pública e Sociedade	27/6 a 6/7		30 horas	50
Disciplina – Processo Legislativo	28/6 a 8/7		30 horas	50
Palestra – Deveres, Direitos e Benefícios do Servidor da ALMG – 2 turmas	18/7 e 22/8	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em julho de 2011	6 horas	23
Palestra – Informática na Assembleia: Estrutura e Ferramentas de Informática – 2 turmas	20/7 e 18/8		6 horas	24
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência – 2 turmas	21/7 e 19/8		6 horas	23
Disciplina – Estrutura e Funcionamento da ALMG – semipresencial (*)	16 a 24/8		–	–
Disciplina – Poder Legislativo: Aspectos Históricos, Sociopolíticos e Jurídicos	29/8 a 2/9	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em agosto de 2011	30 horas	24
Disciplina – Servidor Público, Administração Pública e Sociedade	12 a 22/9		30 horas	30
Disciplina – Processo Legislativo	19 a 27/9		30 horas	30
Palestra – Deveres, Direitos e Benefícios do Servidor da ALMG	4/10	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro de 2011	3 horas	12
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência	5/10		3 horas	13
Palestra – Informática na Assembleia: Estrutura e Ferramentas de Informática	6/10		3 horas	13
Disciplina – Estrutura e Funcionamento da ALMG – semipresencial (*)	17 a 25/10	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro e outubro de 2011	–	–
Disciplina – Poder Legislativo	16 a 22/11		30 horas	17
Disciplina – Processo Legislativo – semipresencial (*)	5 a 23/12		–	–

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Palestra – Deveres, Direitos e Benefícios do Servidor da ALMG	14/12	Servidores aprovados no concurso da ALMG e empossados em setembro de 2011	3 horas	8
Palestra – Sistema Informatizado de Apuração de Frequência	15/12		3 horas	8
Palestra – Informática na Assembleia: Estrutura e Ferramentas de Informática	28/12		2 horas	9
TOTAL			**284 horas**	**521**

(*) O resultado das disciplinas do CFAL oferecidas na modalidade semipresencial está registrado junto ao programa de Educação a Distância

2.2 – Recepção dos parlamentares da 17ª Legislatura – Uma visão do Parlamento: conceitos, técnicas e práticas legislativas

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes
Legislativo Mineiro – Uma Visão em Perspectiva	7 a 11/2	Chefes de gabinetes, assessores e servidores de gabinetes parlamentares	9 horas	52
Oficina de Procedimentos Administrativos I	8/2		2 horas	20
Oficina de Procedimentos Administrativos II	11/2		2 horas	53
Curso – Gestão de Gabinete Parlamentar	15 a 17/3		9 horas	26
Curso – Regimento Interno e Dinâmica do Processo Legislativo – 2 turmas (*)	17/3 a 11/4 e 18/3 a 15/4		24 horas	48
Curso – Excelência no Atendimento dos Gabinetes Parlamentares – 2 turmas (*)	28/3 a 18/4 e 30/3 a 20/4	Servidores de gabinetes parlamentares responsáveis pelo atendimento ao público	24 horas	50
Encontro – A Comunicação no Legislativo Mineiro: Uma Perspectiva Democrática e Participativa	11 a 12/4	Assessores de imprensa, jornalistas da ALMG, servidores responsáveis pelas ações de comunicação nos gabinetes parlamentares	6 horas	35
Curso – Elaboração de Textos Legislativos – EaD/semipresencial – 2 turmas (*/**)	25/4 a 20/5 e 27/4 a 20/5	Assessores de gabinetes parlamentares	–	–
Curso – Correspondência Oficial	3 a 19/5		15 horas	35
Palestra – Plano de Mobilidade Social – 2 turmas (*)	6/5		6 horas	107

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes
Curso – Pesquisa em Bancos de Dados Institucionais – 3 turmas (*)	16 a 20/5, 23 a 27/5 e 30/5 a 3/6	Servidores de gabinetes parlamentares	45 horas	19
Curso – Noções Básicas de Gramática da Língua Portuguesa – 2 turmas (*)	23/5 a 20/6		36 horas	26
TOTAL			**178 horas**	**471**

(*) Refere-se ao somatório de turmas e disciplinas oferecidas
(**) O resultado das atividades oferecidas na modalidade semipresencial está registrado junto ao programa de Educação a Distância

2.3 – Demanda setorial

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Curso – Capacitação de Conciliadores -– 2 trmas (*)	24 a 26/1	Estagiários do Procon Assembleia	18 horas	18
Curso – Direito do Consumidor e Funcionamento do Procon Assembleia – 2 tumas (*)	27 a 28/1	Estagiários do Procon Assembleia	16 horas	18
Curso – Aprimorando a Performance Comunicativa na TVA	4 a 28/2	Servidores da GTV e da Escola do Legislativo	12 horas	35
Seminário Interno de Planejamento Anual da GPI – 2011	11/2	Servidores da Gerência-Geral de Projetos Institucionais da ALMG	7 horas	20
Treinamento – Treinando em Adobe Première/PRO CS4 – Version 4.0.0	14 a 18/2	Servidores da Escola do Legislativo envolvidos na produção de material didático para EaD	15 horas	12
Seminário Interno de Planejamento Anual da GCT – 2011	28/2	Servidores da Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG	3h30	87
Palestra – Introdução à Gestão por Processos	28/2	Servidores da Secretaria da ALMG	3 horas	64
Oficina – Conservação Preventiva de Acervos Fotográficos	14 a 23/3	Servidores das Gerências-Gerais de Documentação e Informação, de Imprensa e Divulgação e de Projetos Institucionais	20 horas	16
Palestra – Gramática Normativa, Gramática de Uso e Intervenções no Texto	4/4	Redatores, revisores e taquígrafos da ALMG	3 horas	74

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Curso – Teoria Democrática Contemporânea	5/5 a 6/6	Servidores das Gerências-Gerais de Consultoria Temática e de Projetos Institucionais e da Escola do Legislativo	18 horas	24
Encontro – Ciranda de Conversas – Escola do Legislativo	17/5	Servidores da Escola do Legislativo	2 horas	24
Curso – Gestão Patrimonial na ALMG – 2 trmas (*)	20 e 23/5	Gerentes e servidores da Secretaria da ALMG e dos Gabinetes Parlamentares envolvidos no controle dos bens permanentes da ALMG	8 horas	56
Curso – Produção de Textos para WEB	20/5 a 3/6	Jornalistas da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação e servidores de demais áreas responsáveis pela produção de textos para internet	15 horas	19
Treinamento – BO/Armazém Siaf/ Sigplan	26/5 a 2/6	Servidores da Gerência-Geral de Consultoria Temáticia	12 horas	13
Treinamento – Pesquisa Avançada no Banco de Dados de Matérias em Tramitação – MATE	8 a 10/6	Servidores da Gerência-Geral de Documentação e Informação que trabalham com pesquisa e alimentação do MATE	6 horas	9
Treinamento – Apresentação de Emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2 turmas	16 e 28/6	Servidores de gabinetes parlamentares que operam o Sistema SLD de apresentação de propostas à LDO	4 horas	94
Encontro – Ciranda de Conversas – Núcleos Temáticos	28/6	Servidores da ALMG que atuam como colaboradores da Escola do Legislativo	2 horas	23
Curso – Gestão e Governança em Processos	30/6 a 1º/7	Servidores da ALMG que atuam no projeto estragético Gestão e Governança em Processos	11h30	16
Curso – Direito do Consumidor e Funcionamento do Procon Assembleia – 2 turmas (*)	14 a 15/7	Estagiários do Procon Assembleia	16 horas	33
Curso – Capacitação de Conciliadores – 2 turmas(*)	24 a 26/7	Estagiários do Procon Assembleia	18 horas	19
Curso – Treinamento em Gestão de Processos de Negócio	1º a 5/8	Servidores da ALMG que atuam no projeto Gestão e Governança em Processos –Direcionamento Estratégico ALMG – 2010/2020	20 horas	14
Curso – Produção de Textos para WEB	4 a 25/8	Jornalistas da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação e servidores de demais áreas responsáveis pela produção de textos para internet	15 horas	19

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Curso – Metodologia dos Projetos Técnicos da TV Assembleia	4 a 25/8	Técnicos e engenheiros da TV Assembleia	8 horas	7
Curso – Segurança em Instalações e Serviços com Eletricidade	9/8 a 8/9	Servidores da GMO, GSG e GSI e empregados terceirizados para serviços de manutenção predial	42 horas	21
Curso – Aspectos Operacionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais – Siafi-MG	18 e 19/8	Servidores da Diretoria de Finanças e Contabilidade da ALMG	6 horas	23
Curso – Atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI	2/9	Servidores da Gerência-Geral de Consultoria Temáticia	3 horas	24
Palestra – A importância do Regimento Interno para o Fortalecimento do Legislativo	5/9	Alunos do curso Processo Legislativo no Regimento Interno da ALMG – nível básico (EaD)	2 horas	9
Curso – Análise e Melhoria de Processos	12 a 13/9	Servidores da ALMG que atuam no projeto estragético Gestão e Governança em Processos	16 horas	20
Treinamento – Publicação de Notícias no Novo Portal da ALMG – 2 turmas	12/9 e 16/9	Jornalistas da Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação	4 horas	19
Curso – A linguagem como processo de interação verbal	23/9 a 21/10	Redatores, revisores e taquígrafos da ALMG	12 horas	28
Treinamento – Utilização do Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal – Fiscap	6/10	Servidores da Gerência-Geral de Administração de Pessoal	4 horas	5
Curso – Gestão e Governança em Processos	13 e 14/10	Servidores da ALMG que atuam no projeto estragético Gestão e Governança em Processos	16 horas	18
Curso – Regime de Previdência Social	17 a 24/10	Servidores da Gerência-Geral de Administração Pessoal	16 horas	15
Curso – Operacionalização do Siafi-MG	17 a 21/10	Sevidores da Gerência-Geral de Finanças e Contabilidade	15 horas	14
Curso – Manuseio de Armas de Fogo – 6 turmas	17 a 19/10	Servidores policiais da Gerência-Geral de Polícia Legislativa	15 horas	37
Curso – Atualização em Sistema Orçamentário do Estado e Sistemas de emendas ao PPAG e LOA	17/10 a 18/11	Servidores da Gerência-Geral de Consultoria Temática	9 horas	20
Palestra – Portal da ALMG	21/10	Servidores da ALMG	3 horas	20

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
Curso – Dinâmica do Processo de Contratação na ALMG – módulo básico	4 a 21/11	Servidores que atuam como gestores e fiscais de contratos da ALMG	15 horas	36
Curso – Políticas Públicas Sociais	4 a 25/11	Servidores das áreas de atendimento que prestam informações ao público sobre políticas e programas sociais de governo	12 horas	28
Curso – Apresentação de emendas ao Orçamento 2012 e ao PPAG 2012-2015	16, 21 e 28/11	Deputados e assessores de gabinetes que atuam na elaboração de emendas ao PPAG e Orçamento	6 horas	86
Curso – Normalização e Apresentação de Textos na ALMG	22 a 24/11	Servidores que trabalham na elaboração e revisão de textos, editoração e publicações em geral	9 horas	33
Curso – Dinâmica do Processo de Contratação na ALMG – módulo avançado	25 a 28/11	Servidores que atuam como gestores e fiscais de contratos de terceirização de mão de obra da ALMG	8 horas	25
Treinamento – Prevenção e Combate a Incêndio – 2 turmas	25 e 26/11	Servidores da Gerência-Geral de Polícia Legislativa	22 horas	35
Curso – Instrução do Processo de Despesa de Saúde e Assistência	29/11	Servidores da Gerência de Saúde e Assistência	4 horas	8
Curso – Procedimentos Básicos de Segurança em Eventos na ALMG – teoria – 2 turmas (*)	2 e 3/12	Servidores policiais da GPOL	16 horas	37
Curso – Procedimentos Básicos de Segurança em Eventos na ALMG – prática	4/12	Servidores policiais da GPOL	12 horas	37
Oficina – Análise Crítica de Projetos e Processos – Gestão e Governança em Processos – 2 turmas	19/12	Servidores da ALMG que atuam no projeto estragético Gestão e Governança em Processos	6 horas	14
TOTAL			**526 horas**	**1326**

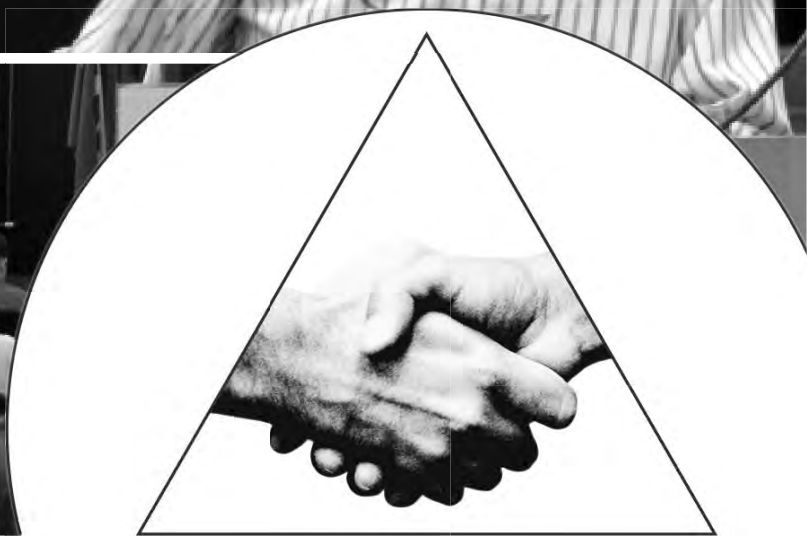
(*) Refere-se ao somatório de turmas e disciplinas oferecidas
(**) Atividades em andamento – Nº de participantes refere-se ao número de alunos inscritos

2.4 – Programa de atualização em Poder Legislativo e Administração Pública

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes Aprovados
O Parlamento entre a Representação e a Participação – Patrus Ananias de Souza	28/03	Servidores da ALMG	3 horas	111
Reforma Política – Otávio Soares Dulci	25/04	Servidores da ALMG	3 horas	57
A importância das Comissões no Parlamento – Marta Mendes da Rocha	30/05	Servidores da ALMG	3 horas	65
Reforma Política e Financiamento de Campanha – Bruno Pinheiro Wanderley Reis	27/06	Servidores da ALMG	3 horas	40
Gestão Democrática dos Recursos Públicos – Paulo César Miranda Bruno	29/08	Servidores da ALMG	3 horas	35
O setor público no Século XXI - Patrus Ananias de Souza	26/09	Servidores da ALMG	3 horas	50
Leitura e Escrita na Web – Ana Elisa Ferreira Ribeiro	31/10	Servidores da ALMG	3 horas	40
Transparência e Controle Social – Sebastião Helvécio Ramos de Castro	28/11	Servidores da ALMG	3 horas	57
TOTAL			**24 horas**	**455**

(*) Atividade em andamento – Público estimado

3. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL



3. COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (*)	Carga Horária	Participantes
15	128 horas	867

(*) Total de atividades, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades e excluindo-se as atividades a distância

3.1 – Programa de Apoio aos Municípios

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes (*)
Curso de Redação Oficial – Câmara Municipal de Poços de Caldas	17 e 18/3	Servidores de câmaras municipais e prefeituras da região de Poços de Caldas	12 horas	50
Encontros com a Política – Itabira	4/5	Vereadores, assessores, lideranças comunitárias e sociedade civil	6 horas	80
Encontros com a Política – Grão Mogol	25/11	Vereadores, assessores, lideranças comunitárias e sociedade civil	3 horas	50
Encontros com a Política – Carandaí	29/11	Pré-candidatos, líderes comunitários e sociedade civil	5 horas	61
TOTAL			**26 horas**	**241**

(*) Público estimado

3.2 – Programa de Formação de Multiplicadores

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes (*)
Orçamento Público Municipal – Etapas I e II – 3 turmas/EaD (*)	1º/8 a 2/9 e 26/9 a 31/10	Servidores de câmaras municipais convidadas que lidam com a tramitação das peças orçamentárias; vereadores e servidores de câmaras municipais mineiras	–	–
Orçamento Público Municipal – Etapa I/presencial	13 a 15/9	Servidores de câmaras municipais convidadas que lidam com as questões relativas ao orçamento público	20 horas	23
TOTAL			**20 horas**	**23**

(*) O resultado das atividades oferecidas na modalidade a distância está registrado junto ao programa de Educação a Distância

3.3 – Apoio interinstitucional

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes (*)
Palestras no "Ciclo de Palestras – 20 anos de Vigência do Código de Defesa do Consumidor" – Promoção: Ordem dos Advogados do Brasil Seção Minas Gerais, com o apoio da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio do Procon Assembleia e da Escola do Legislativo	15/3	Advogados, estudantes de Direito e público interessado	4 horas	100
Palestra no "Fórum de Integração Universitária – Edição Sul e Sudeste de Minas Gerais" – Promoção: Universidade Federal de Lavras	26/5	Estudantes das universidades conveniadas do Sul e Sudeste de MG e pessoas da comunidade interessadas.	4 horas	110
Palestra no Curso de Disseminador de Educação Fiscal – Promoção: Diretoria de Gestão do Atendimento ao Público da Divisão de Educação Fiscal	26/5	Servidores que atuam no programa de Educação Fiscal da Secretaria de Estado da Fazenda	2 horas	40
Palestra no II Ciclo de Debates – "Perfil da Assembleia Legislativa de Minas Gerais" – Promoção: Núcleo de Estudos Sociopolíticos da PUC Minas e da Arquidiocese de Belo Horizonte (Nesp)	27 e 29/4	Professores e alunos da PUC Minas e demais universidades e lideranças comunitárias	6 horas	50

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes (*)
Curso – Legística Aplicada à Defesa Agropecuária – Parceria entre a ALMG/Escola do Legislativo e a Universidade Federal de Viçosa/ CNPq, com o apoio do IMA e da Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento (Faped)	25 a 30/4	Servidores do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e demais órgãos do Executivo	42 horas	40
Palestra – Semana do Voluntariado – Promoção: Rede Cidadã – BH	26/5	Jovens de 14 a 24 anos, do programa "Aprendiz Legal", coordenado pela Rede Cidadã	3 horas	20
Palestras – O papel do Legislador Municipal e Orçamento Público – Parceria: Prefeitura Municipal de Pirapora	26/8	Pré-candidatos e dirigentes partidários da região	5 horas	50
Palestra – Reforma Política e Ética na Política – Parceria: AVAMS – Janaúba	2/9	Vereadores, servidores municipais e lideranças locais	4 horas	100
Sistema Orçamentário do Estado: PMDI – PPAG – LOA	27/10	Membros dos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas e sociedade, participante do processo de revisão do PPAG	4 horas	33
Palestra: O Fortalecimento do Legislativo – Parceria: Câmara Municipal de Uberaba, I Seminário do Legislativo de Uberaba	11/11	Vereadores, servidores municipais e lideranças locais	8 horas	60
TOTAL			**82 horas**	**603**

(*) Público estimado

4. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

4. EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (*)	Carga Horária	Participantes
106	308 horas	4.408

(*) Total de atividades, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades e excluindo-se as atividades a distância

4.1 – Parlamento Jovem

4.1.1 – Parlamento Jovem de Minas – 2011 – parceria com a PUC Minas/ Curso de Ciências Sociais

Atividades	Período	Público
Curso EaD – Democracia, Parlamento e Participação – Parlamento Jovem Minas 2011(*)	28/2 a 1º/4	Monitores dos 16 municípios parceiros do projeto e estudantes das escolas de ensino médio participantes da etapa municipal do PJ Minas 2011
Curso – Capacitação para Câmaras Municipais Parceiras	2/3	Servidores das Câmaras Municipais de Carmo do Cajuru e de Nova Serrana que atuarão como coordenadores locais do Parlamento Jovem Minas 2011
Consolidação dos Documentos Municipais do Parlamento Jovem Minas	1º/8	Servidores da ALMG que trabalham na consolidação das propostas municipais do PJ Minas

(*) O resultado das atividades oferecidas na modalidade semipresencial está registrado junto ao programa de Educação a Distância

4.1.2 – Parlamento Jovem Municipal – parceria com as câmaras municipais

4.1.2.1 – Etapa municipal – apoio e acompanhamento dos Parlamentos Jovens Municipais em 16 municípios mineiros

Municípios	Entidades Parceiras	Carga Horária (Presença da ALMG/ELE no município)	Monitores	Escolas do Ensino Médio Participantes		Alunos Inscritos	
				Escolas Públicas	Escolas Privadas	Escolas Públicas	Escolas Privadas
Belo Horizonte	1	8 horas	8	2	2	50	50
Capelinha	18	8 horas	13	3	1	41	10
Carandaí	0	8 horas	11	2	0	30	0
Caratinga	0	0	3	3	3	23	22
Carmo do Cajuru	0	8 horas	2	1	0	15	0
Iturama	1	16 horas	11	2	2	39	55
João Monlevade	4	8 horas	15	7	3	83	36
Juiz de Fora	1	8 horas	11	2	3	60	90
Montes Claros	2	8 horas	20	3	1	90	30
Nova Serrana	0	4 horas	1	1	1	34	8
Ouro Preto	5	4 horas	13	4	1	34	6
Poços de Caldas	0	4 horas	9	3	2	55	26
Pouso Alegre	0	0	3	1	5	1	5
Santos Dumont	1	8 horas	7	3	2	22	18
Viçosa	1	4 horas	9	2	2	120	120
Visconde de Rio Branco	5	4 horas	6	2	2	62	18
Subtotal	**39**	**100 horas**	**142**	**41**	**30**	**759**	**494**
TOTAL	**39**	**100 horas**	**142**	**71**		**1.253**	

(*) Cada dia de atividade desenvolvida no município registrou, em média, uma carga horária de 4 horas

4.1.2.2 – Etapa Estadual – sessão final do Parlamento Jovem Minas 2011

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes
Reunião dos Grupos de Trabalho	18/8	Alunos do ensino médio de municípios mineiros integrantes do projeto Parlamento Jovem Minas 2011	4 horas	109
Oficina de Entrosamento	18/8		2 horas	
Oficina de Teatro	19/8		2 horas	
Sessão Final	19/8		4 horas	
TOTAL			**12 horas**	**109**

4.1.2.3 – Parlamento Jovem Minas 2012

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes (*)
Reunião de Trabalho com Câmaras Municipais do PJ Minas 2012	19/8	Rrepresentantes de novas câmaras mineiras que se engajaram no projeto Parlamento Jovem Minas	2 horas	10
Curso de Capacitação para Coordenadores de Câmaras Municipais	28,29 e 30/11	Servidores de câmaras municipais que irão coordenar a etapa municipal do Parlamento Jovem Minas 2012	20 horas	44
TOTAL			**22 horas**	**54**

4.2 – Programa de Formação Política para Educadores

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes
Organização do Estado – Patrus Ananias de Souza	15/9	Professores dos ensinos fundamental e médio das escolas da rede pública e da rede privada de ensino de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de BH	3 horas	22
Democracia e Participação – Maria Elizabeth Marques	19/9		3 horas	26
Letramento e letramento política – Rildo Cosson	22/9		3 horas	19

Atividades	Período/ Data	Público	Carga Horária	Participantes
Comunicação e democracia – Daniela Santiago Mendes Menezes	26/9	Professores dos ensinos fundamental e médio das escolas da rede pública e da rede privada de ensino de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de BH	3 horas	21
A função pedagógica do Parlamento – Guilherme Wagner Ribeiro	29/9		3 horas	19
Educação, ética e cidadania – Amauri Carlos Ferreira	3/10		3 horas	19
Os dilemas da inclusão – Sheila Alessandra Brasileiro de Menezes	6/10		3 horas	21
Orçamento e Políticas Públicas – Maria Regina Álvares Magalhães	17/10		3 horas	17
História Política de Minas – Luiz Fernandes de Assis	20/10		3 horas	15
Educação e diversidade – Nilma Lino Gomes	24/10		3 horas	17
Grupo de Trabalho I	27/10		3 horas	14
Grupo de Trabalho II	31/10		3 horas	17
TOTAL			**36 horas**	**227**

4.3 – Visitas Orientadas

Categorias	Visitas	Carga Horária	Alunos Participantes
Ensino fundamental	39	78 horas	1.691
Ensino médio	5	10 horas	175
Ensino superior	13	26 horas	457
Turmas especiais	12	24 horas	442
TOTAL	**69**	**138 horas**	**2.765**

5. PESQUISA E REFLEXÃO

PENSAN EM MIN PENSANDO EM MINAS - P NDO EM MINAS

5. PESQUISA E REFLEXÃO

RESULTADO CONSOLIDADO

Atividades (*)	Carga Horária	Participantes
17	204 horas	999

(*) Total de atividades, considerando-se o somatório de turmas, disciplinas ou atividades

5.1 – Especialização "Poder Legislativo e Políticas Públicas"

Atividades	Data	Público	Carga Horária	Participantes
Disciplina: Estado, Sociedade e Serviço Público – Antônio José Calhau de Resende	18/3 a 6/5	Servidores do Legislativo mineiro e profissionais que interagem com o Poder Legislativo ou têm interesse no tema	28 horas	34
Disciplina: Teoria Democrática, Representação e Participação Palestra: Representação Democrática: *Accountability e Responsiveness* – Maria de Fátima Junho Anastasia	29/4	Alunos do curso de especialização, servidores da ALMG e público externo	3 horas	92

Atividades	Data	Público	Carga Horária	Participantes
Disciplina: Tópicos de Política Brasileira – Magna Maria Inácio	13/5 a 17/6	Servidores do Legislativo mineiro e profissionais que interagem com o Poder Legislativo ou têm interesse no tema	24 horas	30
Disciplina: Teoria Democrática, Representação e Participação Palestra:Representação, Participação e Deliberação – Marcos Abílio Gomes Pereira	17/6	Alunos do curso de especialização, servidores da ALMG e público externo	3 horas	73
Disciplina: Parlamento e Políticas Públicas I – Rita de Cássia Leal Fonseca dos Santos	26 a 29/7	Servidores do Legislativo mineiro e profissionais que interagem com o Poder Legislativo ou têm interesse no tema	28 horas	33
Disciplina: Políticas Públicas II – Maria Regina Alvares Magalhães	5/8 a 16/9	Servidores do Legislativo mineiro e profissionais que interagem com o Poder Legislativo ou têm interesse no tema	28 horas	37
Disciplina: Teoria Democrática, Representação e Participação Palestra: governo Representativo e Pluralização da Representação Política e Representatividade – Adrian Gurza Lavalle	26/8	Alunos do curso de especialização, servidores da ALMG e público externo	3 horas	76
Disciplina: Comunicação, Informação e Poder Legislativo – Rennan Lanna Martins Mafra e Daniela Santiago	23/09 a 28/10	Servidores do Legislativo mineiro e profissionais que interagem com o Poder Legislativo ou têm interesse no tema	24 horas	35
Disciplina: Teoria Democrática, Representação e Participação Palestra: Representação, Partido Político e Parlamento – Roberto Brant e Sérgio Miranda	07/10	Alunos do curso de especialização, servidores da ALMG e público externo	3 horas	60
Disciplina: Sistema Eleitoral e Partidário – Carlos Ranulfo Felix de Melo	4/11 a 9/12	Servidores do Legislativo mineiro e profissionais que interagem com o Poder Legislativo ou têm interesse no tema	24 horas	34
Disciplina: Teoria Democrática, Representação e Participação Palestra: Teoria Democrática, representação e participação política – Álvaro Ricardo de Souza Cruz	16/12	Alunos do curso de especialização, servidores da ALMG e público externo	3 horas	60
TOTAL			**22 horas**	**54**

(*) Atividade em andamento – Público estimado

5.2 – Pensando em Minas

Atividades	Data	Expositor	Público	Carga Horária	Participantes Inscritos
Financiamento de Direitos Fundamentais: progressividade na educação versus estagnação na saúde pública	26/4	Élida Graziane Pinto	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado	3 horas	114
O uso do sorteio na política	24/5	André Rubião	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado	3 horas	57
Deliberação e participação cívica de mulheres pobres: o Programa Bolsa-Família	17/8	Ângela Cristina Salgueiro Marques	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado	3 horas	80
A produção normativa e a efetividade das leis no estado contemporâneo	21/9	Eduardo Carone Costa Júnior	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado	3 horas	56
Comunicação e dengue: formas de experiência pública na (da) cidade	30/11	Rennan Lanna Martins Mafra	Servidores públicos, professores, estudantes e público interessado	3 horas	16
TOTAL				**30 horas**	**323**

(*) Atividade em andamento – Público estimado

5.3 – Conexão Assembleia

Atividades	Data	Público	Carga Horária	Participantes Inscritos
Conexão Assembleia – Produção de Políticas Públicas em Minas Gerais – Parceria ALMG/ELE com UFMG e Universidade Federal de Viçosa	29/04	Estudantes da UFMG e UFV	3 horas	112
TOTAL			**3 horas**	**112**

6. OUTRAS ATIVIDADES

XVIII ENCONTRO
XVIII ENCONTRO
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS
ESCOLAS DO LEGISLATIVO E DE CONTAS - ABEL
LANEJAMENTO ESTRATÉGICO
GESTÃO EFICIENTE E EFICAZ
APOIO
CADERNOS DA ESCOLA DO LEGISLATIVO
20
Volume 13 / Número 20
XVII ENCONTRO
ABEL

6. OUTRAS ATIVIDADES

Atividades	Período	Detalhamento
Participação no 17º Encontro Nacional da Associação das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) – Florianópolis	18 a 20/5	Acompanhamento das palestras e participação nos grupos de trabalho sobre o tema Gestão e Planejamento
Lançamento da 19ª Edição do Cadernos da Escola do Legislativo	Abril	Recebimento, seleção e edição de textos para compor a publicação, distribuição da publicação
Reunião da diretoria da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel), eleita para o biênio maio 2011/maio 2013	30/6	Discussão de parcerias para prestações de serviços e ações pedagógicas; o planejamento estratégico da gestão da nova diretoria; a programação do próximo Encontro da Abel que acontece em outubro, em Sergipe
Reunião da diretoria da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) eleita para o biênio maio 2011/maio 2013	4 e 5/8	Elaboração do Planejamento Estratégico da Abel
Lançamento da 20ª Edição do Cadernos da Escola do Legislativo	Setembro	Recebimento, seleção e edição de textos para compor a publicação, distribuição da publicação
Participação no 1º Encontro Internacional dos Legislativos da América Latina – Grupo de Estudos Legislativo (Alacip) – BH	19, 20 e 21/10	Palestra do professor Guilherme Wagner Ribeiro sobre o tema: Tamanho de município e o desempenho no exercício da função fiscalizadora
Participação no 18º Encontro da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas (Abel) – Aracaju	19 a 22/10	Acompanhamento das palestras e participação nos grupos de trabalho em torno do tema Planejamento Estratégico – Gestão Eficiente e Eficaz